

SELFIT ACADEMIAS

Relatório da Administração (31/12/2020)

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Self It Academias Holding S.A. (“Companhia” ou “Selfit”) apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui contidas nesse documento devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros e os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia para o exercício de 2020.

1. Avaliação do Mercado Fitness no Brasil

A Selfit finalizou ano de 2020 como uma das maiores redes de academia da América Latina, com 68 unidades próprias espalhadas em 15 estados do Brasil.

A performance do mercado de academias foi muito prejudicada em 2020 pelos efeitos da COVID-19. Com a restrição da circulação da população, o fechamento temporário das academias e a limitação dos serviços que poderiam ser ofertados dentro das academias, a Selfit precisou criar comitês, renegociar contratos e redimensionar seus quadros para melhor encarar os desafios impostos pela pandemia.

Tais ajustes obrigaram a Administração a mudar o foco, que no começo do ano se voltava à expansão orgânica da Companhia. A Selfit deixou de focar nas 50 novas academias que projetava inaugurar ao longo do ano para investir tempo e recursos financeiros na administração de uma crise sem precedentes no mercado fitness mundial.



ACADEMIA
DO SEU JEITO

SELFIT ACADEMIAS

Apesar desse cenário adverso, a Administração continua firme na crença de que o mercado de saúde e bem-estar sairá fortalecido desse momento de insegurança, já que está comprovado mundialmente a importância de se manter um estilo de vida saudável, com prática recorrente de exercício físico. Por isso, a Selfit projeta uma retomada acelerada com o avanço da vacinação na população brasileira e já iniciou o processo de originação de novos pontos para por em prática seu plano de expansão após a pandemia da COVID-19.

2. Destaques Financeiros

(em R\$ '000)	12M2020	12M2019	Δ%
Receita Líquida Consolidada	86,859	121,254	-28.37%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(13,119)	21,849	-160.0%
Margem Bruta	-15%	18%	-183.8%
Lucro (prejuízo) líquido	(60,503)	(23,646)	155.9%
Imposto de Renda e Contribuição social	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	18,630	16,765	11.1%
Depreciação e Amortização	46,359	32,889	41.0%
EBITDA	4,486	26,008	-83%
Margem EBITDA	5.2%	21.4%	-75.9%
Pagamento de Arrendamento Mercantil	(15,207)	(16,713)	-9.0%
Remensuração/Cancelamentos/Descontos de Arrendamento	(8,147)	-	0.0%
EBITDA Ajustado	(18,868)	9,295	-303.0%
Margem EBITDA Ajustada	-21.7%	7.7%	-383.4%
Eventos de natureza extraordinária	6,038	16,975	-64.4%
Resultado negativo de lojas fechadas ⁽¹⁾	105	-	n.a.
Resultado negativo de novas lojas ⁽²⁾	4,302	6,400	-32.8%
Despesas de natureza não recorrente ⁽³⁾	-	6,428	-100.0%
Crédito PIS e COFINS ⁽⁴⁾	1,632	4,147	-60.6%
EBITDA Ajustado recorrente	(12,830)	26,270	-148.8%
Margem EBITDA ajustada recorrente	-14.8%	21.7%	-168.2%
Margem Líquida	-69.7%	-19.5%	257.2%

(1) Resultado negativo de lojas fechadas refere-se ao prejuízo incorrido em lojas que tiveram suas operações encerradas;
 (2) Resultado negativo de novas lojas refere-se ao somatório do resultado negativo acumulado de uma loja nova, até o 6º mês de operação. Nos casos em que as novas lojas apresentarem lucro antes do 6º mês de operação, será considerado até o último mês de prejuízo; (3) Despesas de natureza não recorrente em 2019: R\$2.314 mil dos custos de estruturação e emissão da 2ª debênture, R\$1.852 mil de projetos estratégicos, R\$1.525 mil de honorários de especialistas em serviços, R\$410 mil de indenização a ex-administradores e R\$327 mil de head-hunters para vagas estratégicas; (4) Créditos de PIS e COFINS refere-se aos créditos apurados na compra de imobilizado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527") e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado (acrescido) pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e por depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia ("Margem EBITDA"). A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.



ACADEMIA
DO SEU JEITO

SELFIT ACADEMIAS

O “EBITDA Ajustado” e “EBITDA Ajustado recorrente” contempla ajustes adicionais acima apresentados, decorrentes do julgamento da Administração quanto aos seus efeitos na determinação do potencial de geração bruta de caixa da Companhia. A “Margem EBITDA Ajustado” e “Margem EBITDA Ajustado recorrente” consistem no resultado da divisão do “EBITDA Ajustado” e “EBITDA Ajustado recorrente” supracitados pela receita operacional líquida consolidada da Companhia. O EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado recorrente e a Margem EBITDA Ajustado recorrente funcionam como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da companhia reduziu 28% na comparação entre o exercício de 2019 e 2020. A queda da receita é um reflexo do aumento de rigidez das medidas restritivas por parte dos prefeitos e governadores em função da pandemia da COVID-19.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA na comparação entre exercícios reduziu 16p.p., decorrente principalmente da incapacidade de operar um número relevante de unidades no decorrer do ano de 2020 - O EBITDA Ajustado, que contempla o pagamento das contraprestações de arrendamento, reduziu 35% p.p. na comparação entre exercícios.

Base de alunos

Em dezembro de 2020, a companhia possuía um total de alunos ativos de 136.765, 19% a menos que o saldo existente em 31 de dezembro de 2019 (169.045).



ACADEMIA
DO SEU JEITO

SELFIT ACADEMIAS

3. Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM n. 381/03 informamos que os auditores independentes não prestaram, durante o exercício de 2020, outros serviços que não os relacionados com a auditoria. Os serviços contratados para o exercício de 2020 compreendem: (i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social a findo em 31 de dezembro de 2020;

A remuneração da Deloitte pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pagas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram o montante de R\$ 94.500,00. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.



ACADEMIA
DO SEU JEITO

Self It Academias Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Self It Academias Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Self It Academias Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Self It Academias Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida da Companhia e de suas controladas consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas contabilizaram receita líquida no montante de R\$86.859 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita de prestação de serviço sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas, considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; e (c) seleção de transações de serviços ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e a contabilização no período de competência.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 7 de dezembro de 2021, que não conteve qualquer modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 8 de dezembro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Self IT Academias Holding S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.952	63.144	23.535	62.313
Aplicações financeiras	5	-	29.192	-	29.192
Contas a receber de clientes	6	7.991	13.319	7.149	12.474
Impostos a recuperar		1.871	1.785	1.854	1.746
Partes relacionadas	12	-	-	623	243
Outros ativos		3.610	1.474	2.405	2.048
Total do ativo circulante		37.424	108.914	35.566	108.016
Não circulante					
Partes relacionadas	12	-	-	8.341	8.281
Outros ativos		499	470	479	458
Imobilizado	8	223.600	219.823	217.103	212.300
Direito de uso	9	119.423	122.465	114.103	116.603
Intangível		3.762	3.028	3.666	2.925
Total do ativo não circulante		347.284	345.786	343.692	340.567
Total do ativo		384.708	454.700	379.258	448.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores		28.329	36.309	27.231	35.783
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	6.141	27.847	6.141	27.847
Passivo de arrendamento	9	28.636	26.427	26.792	24.789
Obrigações sociais e trabalhistas		5.715	5.967	5.548	5.649
Obrigações tributárias		6.753	3.861	6.181	3.105
Partes relacionadas	12	114	40	-	-
Outras obrigações		1.694	261	459	201
Total do passivo circulante		77.382	100.712	72.352	97.374
Não circulante					
Fornecedores		4.307	4.307	4.307	4.307
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	122.713	109.203	122.713	109.203
Passivo de arrendamento	9	103.034	103.220	98.824	98.551
Obrigações tributárias		649	541	106	-
Partes relacionadas	12	-	-	168	298
Outras obrigações		222	221	192	191
Provisão para riscos cíveis, tributários e tra	13	2.815	2.407	2.654	2.247
Investimento com patrimônio líquido negativ	7	-	-	3.724	1.436
Total do passivo não circulante		233.740	219.899	232.688	216.233
Total do passivo		311.122	320.611	305.040	313.607
Patrimônio líquido	14				
Capital social		63.854	63.854	63.854	63.854
Reserva de capital		120.498	120.498	120.498	120.498
Prejuízos acumulados		(110.134)	(49.376)	(110.134)	(49.376)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		74.218	134.976	74.218	134.976
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		(632)	(887)	-	-
Total do patrimônio líquido		73.586	134.089	74.218	134.976
Total do passivo e do patrimônio líquido		384.708	454.700	379.258	448.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.
Demonstração do resultado para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receita líquida de serviços	15	86.859	121.254	82.991	111.057
Custo dos serviços prestados	16	(99.978)	(99.405)	(94.860)	(91.041)
Lucro (prejuízo) bruto		(13.119)	21.849	(11.869)	20.016
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(23.417)	(24.532)	(23.417)	(24.532)
Equivalência patrimonial	7	-	-	(2.288)	134
Outras receitas (despesas), líquidas	16	(5.337)	(4.198)	(5.176)	(3.000)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos		(41.873)	(6.881)	(42.750)	(7.382)
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	17	1.976	4.250	1.975	4.226
Despesas financeiras	17	(20.606)	(21.015)	(19.983)	(19.981)
Resultado financeiro		(18.630)	(16.765)	(18.008)	(15.755)
Prejuízo do exercício		(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Participação de acionistas controladores		(60.758)	(23.137)	-	-
Participação de acionistas não controladores		255	(509)	-	-
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)					
Básico e diluído	14	(5,878)	(2,238)	(5,878)	(2,238)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Prejuízo do exercício	(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:	(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Acionistas controladores	(60.758)	(23.137)	-	-
Acionistas não controladores	255	(509)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2019	63.854	120.498	(26.239)	158.113	(378)	157.735
Prejuízo do exercício	-	-	(23.137)	(23.137)	(509)	(23.646)
Em 31 de dezembro de 2019	63.854	120.498	(49.376)	134.976	(887)	134.089
Em 1 de janeiro de 2020	63.854	120.498	(49.376)	134.976	(887)	134.089
Prejuízo do exercício	-	-	(60.758)	(60.758)	255	(60.503)
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	63.854	120.498	(110.134)	74.218	(632)	73.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES					
Prejuízo do exercício		(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Depreciação e amortização	16	46.359	32.889	43.887	30.365
Equivalência patrimonial	7	-	-	2.288	(134)
Juros sobre arrendamento mercantil	9	11.133	13.061	10.656	12.393
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	8.588	3.701	8.588	3.701
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	13	407	1.995	407	1.995
Rendimento de aplicação financeira		-	(30)	-	(30)
Remensuração/cancelamento de arrendamento		(8.147)	(4.103)	(7.668)	(3.086)
Baixa de ativo imobilizado		-	20	-	9
VARIAÇÕES NOS ATIVOS					
Contas a receber de clientes		5.328	(6.163)	5.325	(6.279)
Impostos a recuperar		(85)	(990)	(108)	(962)
Outros ativos		(1.591)	(12)	(378)	(208)
VARIAÇÕES NOS PASSIVOS					
Fornecedores		(7.980)	16.884	(8.553)	16.941
Obrigações sociais e trabalhistas		(252)	2.965	(101)	2.887
Obrigações tributárias		3.000	1.656	3.182	1.808
Outras obrigações		861	(660)	260	83
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.882)	37.567	(2.973)	36.346
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Operações com partes relacionadas		74	18	(570)	(1.710)
Aquisições e resgates em aplicações financeiras		29.192	(29.162)	29.192	(29.162)
Aquisição de imobilizado	8	(31.805)	(119.161)	(31.653)	(118.212)
Aquisição de intangível		(1.780)	(554)	(1.780)	(543)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.319)	(148.859)	(4.811)	(149.627)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	5.000	132.300	5.000	132.300
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(21.784)	(32.017)	(21.784)	(31.600)
Pagamento de arrendamento mercantil	9	(15.207)	(16.713)	(14.210)	(15.239)
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(31.991)	83.570	(30.994)	85.461
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(39.192)	(27.722)	(38.778)	(27.820)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	63.144	90.866	62.313	90.133
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5	23.952	63.144	23.535	62.313
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(39.192)	(27.722)	(38.778)	(27.820)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Self IT Academias Holding S.A.
Demonstração do valor adicionado para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas					
Receita bruta de serviços	15	101.027	141.245	96.517	129.350
		101.027	141.245	96.517	129.350
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(37.312)	(33.282)	(35.385)	(29.119)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(2.186)	(14.676)	(2.440)	(13.229)
Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda		(4.710)	(5.742)	(4.586)	(5.516)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia		56.819	87.545	54.106	81.486
Retenções					
Depreciação e amortização	16	(46.359)	(35.429)	(43.887)	(33.697)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		10.460	52.116	10.219	47.789
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	-	(2.288)	134
Receitas financeiras	17	1.976	4.250	1.975	4.226
		1.976	4.250	(313)	4.360
Valor total adicionado distribuído		12.436	56.366	9.906	52.149
Distribuição do valor adicionado					
Empregados		37.731	38.803	36.721	36.809
Remuneração direta		31.530	32.220	30.729	30.583
Benefícios		3.806	4.499	3.672	4.239
FGTS		1.677	1.750	1.634	1.657
Outras		718	334	686	330
Tributos		14.168	19.991	13.526	18.293
Federais		9.345	13.072	8.928	11.970
Municipais		4.823	6.919	4.598	6.323
Remuneração de capitais de terceiros		21.040	21.218	20.417	20.184
Juros		20.006	18.378	19.483	16.094
Aluguéis		434	203	434	203
Outras despesas financeiras		600	2.637	500	3.887
Remuneração de capitais próprios		(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Prejuízos retidos		(60.758)	(23.137)	(60.758)	(23.137)
Participação dos não controladores nos prejuízos retidos		255	(509)	-	-
		12.436	56.366	9.906	52.149

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Self It Academias Holding S.A. (“Companhia” ou “Selfit”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goés, nº 275, sala 1901, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

Em 31 de dezembro de 2020, a Selfit possuía 70 unidades operacionais (66 em 31 de dezembro 2019), distribuídas em 67 filiais (63 em 31 de dezembro 2019) e 3 unidades (3 em 31 de dezembro 2019) em 2 empresas controladas.

A Companhia, em conjunto com, definidas em conjunto como (“Grupo”), tem como objeto social atividades de condicionamento físico.

• Impactos da COVID-19 e continuidade operacional

A pandemia do Covid-19 gerou impactos relevantes de curto prazo nas empresas de academia de ginástica, como é o caso da Selfit. Na segunda quinzena de março de 2020, todas as unidades do Grupo foram fechadas temporariamente devido às restrições impostas pelas autoridades locais. As mesmas continuaram fechadas até que, em julho de 2020, iniciou-se um processo de abertura dessas lojas, de acordo com autorização de cada um dos estados e/ou municípios que o Grupo opera, atualmente as lojas estão abertas e operando em capacidade total. O Grupo tem operado com uma série de cuidados à saúde, os quais não impactam diretamente a capacidade de atender os alunos e a capacidade da companhia de continuar com o plano agressivo de expansão que vinha ocorrendo até o começo de 2020.

Com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, ainda que de maneira gradual, o Grupo tem indícios (maturação de novas unidades, retomada dos níveis de matrícula históricos em praças que já estão mais avançadas no combate à pandemia), do reestabelecimento da demanda pelos serviços ofertados antes dessa crise.

Diante desse cenário o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R\$60.503 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, o passivo circulante consolidado do Grupo excedeu o ativo circulante consolidado em R\$39.958. O Grupo também apurou margem bruta consolidada negativa de R\$13.119 e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R\$2.882 para o exercício findo nessa data.

O ano de 2021 começou com uma perspectiva de retomada para o Grupo. Após a primeira onda da pandemia, ainda em 2020, o Grupo iniciou o ano com todas as unidades operacionais, ainda que com uma série de restrições (limitação do número de clientes que poderiam treinar simultaneamente, proibição das aulas coletivas em diversas praças, necessidade de agendamento, dentre outros). No entanto, ao final do primeiro trimestre, com o avanço da segunda onda da pandemia no Brasil, o Grupo retrocedeu a retomada dos resultados que estavam acontecendo desde julho de 2020. O número de novas matrículas, por exemplo, caiu 55% quando comparado o mês de abril de 2021 com janeiro do mesmo ano. Para os meses subsequentes (maio e junho) o impacto da segunda onda foi ainda maior em comparação a primeira onda.

Apesar do primeiro semestre desafiador, a partir de julho de 2021, o Grupo começou a perceber uma melhora significativa em seus números: repetindo os números de novas matrículas de janeiro, o que é um feito ainda mais positivo quando considerado a sazonalidade do negócio (janeiro, por ser começo de ano e verão, tem historicamente muito mais matrículas que julho, um mês no auge do inverno brasileiro). Para o terceiro trimestre os resultados foram bastante promissores: recorde de matrículas no ano nos meses de agosto e setembro, crescimento de 4-6% ao mês desde então. Esse impacto positivo no faturamento, inclusive reestabeleceu a geração de caixa positivo do ponto de vista operacional, que deve se intensificar com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica nos 15 estados em que o Grupo opera.

Ao longo de 2020 e para 2021, a Administração tomou uma série de medidas para proteger a posição de caixa do Grupo e reduzir os impactos negativos no seu resultado financeiro:

- (i) Renegociações dos contratos de locação, priorizando descontos e/ou isenções de taxas de reajustes;
- (ii) Suspensões e/ou reduções de contratos de trabalho, sempre observando as determinações de cada uma das legislações locais onde o Grupo opera;
- (iii) Repactuação dos prazos de pagamentos com os principais fornecedores, tanto na aquisição de ativos quanto nos custos e despesas do dia a dia;
- (iv) Redução dos serviços contratados junto a fornecedores, seja por uma escolha estratégica da Administração, seja uma consequência do horário de funcionamento limitado, em decorrência de determinações das autoridades locais.
- (v) Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 30 de outubro de 2020, as condições originais de vencimento das debêntures foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.
- (vi) Em 06 de abril de 2021, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 77.000, do qual R\$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R\$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, com este recurso o capital circulante líquido na controladora e consolidado passaram a ser positivo.
- (vii) A Companhia e suas controladas têm disponível linhas de crédito de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. não utilizadas, no montante de aproximadamente R\$46 milhões.

A Administração da Grupo analisou os impactos da Covid-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “*impairment*” dos seus ativos em 31 de dezembro de 2020. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

A Administração considerando os eventos até a data de aprovação das demonstrações financeiras, entende que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no próximo exercício. Portanto, adotamos a base contábil de continuidade operacional na elaboração dessas demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 8 de dezembro de 2021.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, sendo primeiramente as demonstrações financeiras consolidadas e posteriormente as da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e suas controladas, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

2.4 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas na data base de até 31 de dezembro de cada exercício.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

A seguir é apresentada a base de consolidação de 2020:

	Classificação	Participação %	
		31/12/2020	31/12/2019
Investimento:			
Academia Automação LTDA - Boa Viagem	Controlada	52%	52%
Academia Inteligente LTDA - Iguatemi	Controlada	100%	100%
Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira	Controlada	100%	100%
Academia Inteligente LTDA - Paralela	Controlada	100%	100%

Passivo a descoberto

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas.

2.5 Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato); Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

As receitas de serviços possuem a seguinte origem:

- Os valores relacionados às atividades de condicionamento físico e canais digitais são reconhecidos mensalmente, de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de prestação de serviços, exceto, taxas de adesão, anuidade, e manutenção que são reconhecidas na sua ocorrência, respeitando a prestação de serviços

O Grupo monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados e concluiu que a exigibilidade da devolução de mensalidades aos alunos é irrelevante, e que as taxas de anuidade e adesão não possuem exigibilidade de devolução aos alunos.

2.6 Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas atuam apenas como arrendatárias.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato;

Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas identificaram e adotaram a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos o critério. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 8,68%% a.a. até 11,44% a.a., em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2.7 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.8 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

2.9 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.9.1 Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais do Grupo suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

2.9.2 Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

Descrição	Taxas (%)
Equipamentos de ginástica	10
Acessórios de ginástica	20
Móveis e utensílios	20
Equipamentos de informática	20
Benfeitorias (Vigência média dos contratos)	10
Máquinas e equipamentos	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentarem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado da unidade geradora de caixa ("UGC"), sendo a análise de UGC efetuada de forma consolidada, sendo a Self It a unidade geradora de caixa, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos de amortização acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

<u>Grupo do ativo intangível</u>	<u>% a.a.</u>
Software	20

2.13 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 9 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 9 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.16 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para os exercícios findos em:

31 de dezembro de 2020:

A partir de 1º de janeiro de 2020, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da Taxa de Juros de Referência.

A partir de 1º de junho de 2020, está vigente a seguinte alteração:

- Alterações ao IFRS 16 - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamento.

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos.

2.17 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.
- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (nota nº 8) e ativo de direito de uso de arrendamento, passivo de arrendamento (nota nº 9, imposto de renda (nota nº 11)), provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (nota nº 13) e receita líquida de serviço (nota nº 15).

4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANTERIORMENTE APRESENTADA

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram emitidas em 31 de março de 2021 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e em conformidade com o CPC 23 (IAS 8)- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento (nota explicativa nº 20), bem como detalhou informações requeridas para Companhias abertas nas notas explicativas nº 9 – Direito de uso e passivo de arrendamento e nº 18 – Gestão de risco financeiro, e efetuou a remensuração no ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, em função da revisão da taxa incremental utilizada na adoção inicial não ter considerado os diferentes prazos de duração dos contratos, os efeitos estão abaixo apresentados. A Administração aprovou a reemissão destas demonstrações financeiras em 8 de dezembro de 2021.

	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Outros ativos circulantes	37.424	-	37.424	35.566	-	35.566
Total dos ativos circulantes	37.424	-	37.424	35.566	-	35.566
NÃO CIRCULANTE						
Outros ativos não circulantes	227.861	-	227.861	229.589	-	229.589
Direito de uso	128.285	(8.862)	119.423	123.301	(9.198)	114.103
Total dos ativos não circulantes	356.146	(8.862)	347.284	352.890	(9.198)	343.692
TOTAL DO ATIVO	393.570	(8.862)	384.708	388.456	(9.198)	379.258

	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Passivo de arrendamento	20.419	8.217	28.636	20.318	6.474	26.792
Outros passivos circulantes	48.746	-	48.746	45.560	-	45.560
Total dos passivos circulantes	69.165	8.217	77.382	65.878	6.474	72.352
NÃO CIRCULANTE						
Passivo de arrendamento	125.406	(22.372)	103.034	119.621	(20.797)	98.824
Outros passivo não circulantes	130.706	-	130.706	133.864	-	133.864
Total dos passivos não circulantes	256.112	(22.372)	233.740	253.485	(20.797)	232.688
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio líquido	68.293	5.293	73.586	69.093	5.125	74.218
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	393.570	(8.862)	384.708	388.456	(9.198)	379.258

	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de serviços	86.859	-	86.859	82.991	-	82.991
Custo dos serviços prestados	(110.166)	(10.188)	(99.978)	(104.524)	(9.664)	(94.860)
Despesas gerais e administrativas	(23.417)	-	(23.417)	(23.417)	-	(23.417)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(2.288)	-	(2.288)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.337)	-	(5.337)	(5.176)	-	(5.176)
Resultado financeiro	(18.630)	-	(18.630)	(18.008)	-	(18.008)
Prejuízo do exercício	(70.691)	(10.188)	(60.503)	(70.422)	(9.664)	(60.758)

	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Resultado abrangente do exercício	(70.691)	(10.188)	(60.503)	(70.422)	(9.664)	(60.758)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízos acumulados	(115.259)	(5.125)	(110.134)	(115.259)	(5.125)	(110.134)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	(800)	(168)	(632)			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Consolidado			Controladora		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.882)	-	(2.882)	(2.973)	-	(2.973)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(33.511)	-	(33.511)	(34.003)	-	(34.003)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(31.991)	-	(31.991)	(30.994)	-	(30.994)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas e bancos	4.541	42.719	4.124	41.895
Aplicações de liquidez imediata	19.411	20.425	19.411	20.418
	23.952	63.144	23.535	62.313

As aplicações financeiras são compostas por investimentos em renda fixa e possuem taxa média de remuneração em 31 de dezembro de 2020 de 97,7% do CDI (93,98% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Aplicações financeiras

As referidas aplicações financeiras estão vinculadas em garantias dos empréstimos e financiamentos, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 10. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um montante de R\$29.192 mil em aplicações financeiras. Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um waiver e os valores foram liberados pelas instituições financeiras.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - cartões	7.991	13.316	7.106	12.474
Contas a receber - alunos	-	3	43	-
	7.991	13.319	7.149	12.474

As contas a receber de clientes referem-se a valores de receitas recorrentes de vendas dos planos de academia, recebidos através das principais operadoras de cartões no Brasil, na modalidade de cartão de crédito.

As referidas contas a receber de clientes estão vinculadas em garantias das debêntures, maiores detalhes apresentados na Nota explicativa 10.

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	7.991	13.319	7.149	12.474
	7.991	13.319	7.149	12.474

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, em função do negócio do Grupo, em casos ao qual não é realizado o pagamento o aluno tem o acesso bloqueado, sendo reestabelecido apenas na quitação dos valores pendentes de pagamento. Com esse modelo operacional, o Grupo não registra contas a receber (e a respectiva receita) para os alunos enquanto eles não regularizam o plano e voltem a utilizar a academia. Por isso não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

7. INVESTIMENTO COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

A seguir estão apresentados os investimentos do Companhia:

Investidas	Data-base	Participação no capital Integralizado %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido negativo	(Prejuízo) do exercício
Academia Automação LTDA - Boa Viagem	31/12/2020	52%	2.901	(4.568)	(1.667)	(560)
Academia Inteligente LTDA - Iguatemi	31/12/2020	100%	4.305	(6.273)	(1.968)	(1.055)
Academia Inteligente EPP LTDA - Mangabeira	31/12/2020	100%	3.469	(4.699)	(1.230)	(590)
Academia Inteligente LTDA - Paralela	31/12/2020	100%	6.351	6.011	340	(352)

Movimentação

	Academia Automação LTDA	Academia Inteligente LTDA	Academia Inteligente EPP LTDA	Academia Inteligente LTDA	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(409)	(433)	(642)	(86)	(1.570)
Equivalência patrimonial	(166)	(480)	2	778	134
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(576)	(913)	(639)	692	(1.436)
Equivalência patrimonial	(291)	(1.055)	(590)	(352)	(2.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(867)	(1.968)	(1.229)	340	(3.724)

8. IMOBILIZADO

Consolidado

	Equipamentos de ginástica	Acessórios de ginástica	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em terceiros	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento - benfeitoria	Adiantamentos de aquisição de imobilizado	Total
Custo									
Em 1 de janeiro de 2019	45.989	8.080	6.391	3.156	66.836	4.583	10	20	135.065
Adições	36.384	5.873	3.985	2.276	64.121	6.523	-	-	119.162
Baixas	-	-	-	-	-	(1)	-	(20)	(21)
Depreciação	(11.752)	(3.596)	(1.623)	(1.438)	(14.365)	(1.609)	-	-	(34.383)
Em 31 de dezembro de 2019	70.621	10.357	8.753	3.994	116.592	9.496	10	-	219.823
Adições	9.055	1.588	1.175	912	17.718	1.357	-	-	31.805
Depreciação	(8.774)	(2.579)	(1.002)	(1.074)	(13.543)	(1.056)	-	-	(28.028)
Em 31 de dezembro de 2020	70.902	9.366	8.926	3.832	120.767	9.797	10	-	223.600
 Em 31 de dezembro de 2019	 70.621	 10.357	 8.753	 3.994	 116.592	 9.496	 10	 -	 219.823
Em 31 de dezembro de 2020	70.902	9.366	8.926	3.832	120.767	9.797	10	-	223.600

Controladora

	Equipamentos de ginástica	Acessórios de ginástica	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em terceiros	Máquinas e equipamentos	Adiantamentos de aquisição de imobilizado	Total
Custo								
Em 1 de janeiro de 2019	38.838	5.659	2.416	4.615	56.026	3.383	9	110.946
Adições	36.214	5.668	2.248	3.812	63.816	6.454	-	118.212
Baixas	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Depreciação	(5.622)	(1.582)	(691)	(607)	(7.759)	(588)	-	(16.849)
Em 31 de dezembro de 2019	69.430	9.745	3.973	7.820	112.083	9.249	-	212.300
Adições	9.055	1.583	895	1.165	17.618	1.337	-	31.653
Depreciação	(8.460)	(2.465)	(1.048)	(916)	(12.945)	(1.016)	-	(26.850)
Em 31 de dezembro de 2020	70.025	8.863	3.820	8.069	116.756	9.570	-	217.103
Em 31 de dezembro de 2019	69.430	9.745	3.973	7.820	112.083	9.249	-	212.300
Em 31 de dezembro de 2020	70.025	8.863	3.820	8.069	116.756	9.570	-	217.103

Anualmente, o Grupo e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (“*impairment*”) na recuperabilidade dos investimentos realizados na rubrica de imobilizado, de acordo com a política contábil. Em 2020, o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos.

9. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O Grupo arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até nove (9) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

Custo

	Consolidado	Controladora
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Em 1 de janeiro de 2019	112.764	105.691
Adições	24.638	24.638
Em 31 de dezembro de 2019	137.402	130.329
Adições	2.297	2.297
Remensuração	11.947	11.201
Em 31 de dezembro de 2020	151.646	143.827
Amortização acumulada		
Em 1 de janeiro de 2019	-	-
Adições	(14.937)	(13.726)
Em 31 de dezembro de 2019	(14.937)	(13.726)
Adições	(17.286)	(15.998)
Em 31 de dezembro de 2020	(32.223)	(29.724)
Em 31 de dezembro de 2020	119.423	114.103
Em 31 de dezembro de 2019	122.465	116.603

Anualmente, o Grupo e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (“*impairment*”) na recuperabilidade de seus ativos não circulantes, de acordo com a política contábil. Em 2020, o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para seus ativos de direito de uso.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia deve apresentar os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Fluxo de Pagamentos Futuros	2021	2022	2023	Após 2023
Controladora				
Fluxo de desembolso sem AVP	28.211	24.999	24.944	102.135
Cenário com inflação	30.739	26.099	25.760	105.219
	8,96%	4,40%	3,27%	3,02%
Consolidado				
Fluxo de desembolso sem AVP	30.148	26.787	26.732	104.111
Cenário com inflação	32.850	27.966	27.607	107.255
	8,96%	4,40%	3,27%	3,02%

O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e da COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento e apresentam os seguintes saldos nominais e ajustados a valor presente:

Consolidado	31/12/2020	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contra prestação do arrendamento	187.779	131.670
PIS/Cofins potencial (9,25%)	17.370	12.180

Controladora	31/12/2020	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contra prestação do arrendamento	180.289	125.616
PIS/Cofins potencial (9,25%)	16.677	11.619

Passivo de arrendamento

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Valor nominal a pagar	187.779	192.220	180.289	184.119
Despesa financeira não realizada	(56.109)	(62.573)	(54.673)	(60.779)
Valor presente a pagar	131.670	129.647	125.616	123.340
Circulante	28.636	26.427	26.792	24.789
Não circulante	103.034	103.220	98.824	98.551

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado	Controladora
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Em 1 de janeiro de 2019	112.764	105.691
Adições	24.638	24.638
Pagamento de arrendamento	(16.713)	(15.239)
Cancelamentos/descontos	(4.103)	(4.143)
Provisão de juros	13.061	12.393
Em 31 de dezembro de 2019	129.647	123.340
Remensuração	3.800	3.533
Adições	2.297	2.297
Pagamento de arrendamento	(15.207)	(14.210)
Provisão de juros	11.133	10.656
Em 31 de dezembro de 2020	131.670	125.616
Circulante	28.636	26.792
Não circulante	103.034	98.824

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Consolidado	31/12/2020		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	30.148	(1.512)	28.636
Entre 1 e 2 anos	26.787	(4.023)	22.764
Entre 2 e 3 anos	26.732	(6.301)	20.432
Mais de 3 anos	104.111	(44.272)	59.839
	187.779	(56.109)	131.670

Consolidado	31/12/2019		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	27.848	(1.421)	26.427
Entre 1 e 2 anos	24.706	(3.691)	21.015
Entre 2 e 3 anos	23.863	(5.619)	18.244
Mais de 3 anos	115.803	(51.842)	63.961
	192.220	(62.573)	129.647

Controladora	31/12/2020		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	28.211	(1.419)	26.792
Entre 1 e 2 anos	24.999	(3.770)	21.229
Entre 2 e 3 anos	24.944	(5.902)	19.042
Mais de 3 anos	102.135	(43.583)	58.552
	180.289	(54.673)	125.616

Controladora	31/12/2019		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	26.128	(1.339)	24.789
Entre 1 e 2 anos	23.117	(3.466)	19.651
Entre 2 e 3 anos	22.274	(5.264)	17.010
Mais de 3 anos	112.600	(50.710)	61.890
	184.119	(60.779)	123.340

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo.

Modalidade	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cédula de Crédito Bancário (a)	5.010	-	5.010	-
Fundo de Financiamento do Nordeste (b)	4.114	4.265	4.114	4.265
Arredamento mercantil Financeiro (c)	-	2.581	-	2.581
Emissão de Debentures (d)	119.730	130.204	119.730	130.204
Total Geral	128.854	137.050	128.854	137.050
Circulante	6.141	27.847	6.141	27.847
Não circulante	122.713	109.203	122.713	109.203

- (a) Empréstimos tomados no banco BBM, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros de CDI + 4,5% a.a.;
- (b) Linha captada junto ao Banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano;
- (c) Contratos de financiamentos firmados com os bancos Daycoval, Citibank e DLL, para aquisição de equipamentos, com encargos médios em 1,2% ao mês.
- (d) Conforme Ata Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 12 de setembro de 2019, foi aprovado a 2ª emissão de debêntures simples, com juros de CDI + 3,65% ao ano, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476. Foram subscritas e integralizadas no ato da subscrição 13.000 (treze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). Conforme Ata Assembleia dos Debenturistas ("AGD") realizado em 30 de outubro de 2020, as condições originais dessa operação foram repactuadas, de tal forma que o vencimento da operação dar-se-á em 25 de dezembro de 2025.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

Ano	Consolidado	Controladora
2022	31.671	31.671
2023 em diante	91.042	91.042
	122.713	122.713

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício de 2020:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.066	32.649
Liberações	132.300	132.300
Juros incorridos	3.701	3.701
Amortizações de principal e juros	<u>(32.017)</u>	<u>(31.600)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.050	137.050
Liberações	5.000	5.000
Juros incorridos	8.588	8.588
Amortizações de principal e juros	<u>(21.784)</u>	<u>(21.784)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>128.854</u>	<u>128.854</u>

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

O Grupo possui cláusulas restritivas relacionadas a 2ª emissão de debêntures, os quais requerem mensuração anual da relação de dívida líquida e “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization – EBITDA*” dos últimos 12 meses. Essas cláusulas restritivas foram repactuadas com os debenturistas na AGD de 30 de outubro de 2020, de tal forma que a Escritura de Emissão aditava não prevê atingimento de nenhum índice para o ano de 2020. A partir de 2021, o Grupo voltará a ter cláusulas restritivas em vigor, de acordo com a deliberação dos debenturistas da AGD previamente citada.

Diante do exposto acima, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas e não eram aplicáveis o atendimento.

Garantias

Foi constituída obrigação de garantia real (fluxos de recebíveis) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, com verificação mensal, estabelecida a partir de 2019. Em 30 de outubro de 2020, em reunião de debenturistas foram repactuadas as garantias das debêntures, sendo acordado a isenção de garantia em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as garantias contratuais da Companhia das suas respectivas debêntures foram atendidas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(60.503)	(23.646)	(60.758)	(23.137)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	20.571	8.040	20.658	7.867
Equivalência patrimonial	-	-	778	(46)
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos	(20.571)	(8.040)	(21.436)	(6.277)
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O Grupo possui base de prejuízo fiscal não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$95.067 em 31 de dezembro de 2020 (R\$52.800 em 31 de dezembro de 2019), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

12. PARTES RELACIONADAS

Consolidado

	31/12/2020
Parte relacionada	Passivo
	Circulante
N e A Academia de Ginástica Ltda	114
Total	114
	31/12/2019
Parte relacionada	Passivo
	Circulante
N e A Academia de Ginástica Ltda	40
Total	40

Controladora

	31/12/2020			
Parte relacionada	Ativo		Passivo	Resultado
	Circulante	Não circulante	Não circulante	Outras receitas operacionais
Academia Inteligente Ltda – Iguatemi (a)	170	-	-	-
Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a)	62	188	-	-
Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a)	89	1.017	-	-
Academia Inteligente Ltda. (a)	302	-	-	-
Academia Inteligente Ltda – Paralela (a)	-	601	(168)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	673	-	-
Reembolso de despesas ADM – CSC (b)	-	5.862	-	191
Total	623	8.341	(168)	191
	31/12/2019			
Parte relacionada	Ativo		Passivo	Resultado
	Circulante	Não circulante	Não circulante	Outras receitas operacionais
Academia Automação Ltda – Boa Viagem (a)	170	188	-	-
Academia Inteligente EPP Ltda – Mangabeira (a)	62	1.017	-	-
Academia Inteligente Ltda. (a)	11	-	-	-
Academia Inteligente Ltda – Paralela (a)	-	601	(298)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	803	-	-
Reembolso de despesas ADM – CSC (b)	-	5.672	-	1.202
Total	243	8.281	(298)	1.202

Os saldos e transações das operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com termos e condições específicas definidas entre as partes e não possuem vencimento predeterminado e não há incidência de juros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem:

- (a) Operações para suprir as necessidades de caixa de curto prazo entre meses do Grupo; e
- (b) Rateio de despesas, estão relacionadas as despesas de assessoria financeira, licenças de softwares, despesa de pessoal, Etc.

Administração da Companhia efetuou a análise das operação de mútuo entre partes relacionada e no período não houve transações que afetaram o resultado.

Remuneração da Administração

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$982 (R\$1.234 em 31 de dezembro de 2019) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração.

Programa de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui um “Programa de Incentivo de Longo Prazo”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2017 (“Programa”), que poderá ser oferecido aos administradores e empregados da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle a serem indicados e eleitos pelo Conselho de Administração (“Beneficiários”).

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pela Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento de um prêmio em dinheiro atrelado à valorização das ações de emissão da Companhia a ser pago pela Companhia, condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, e, para tanto, a Companhia concederá aos Beneficiários direitos denominados “Unidades de Performance”.

O Programa é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual terá, observadas as diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa.

A distribuição das Unidades de Performance dentre os Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equidade ou equiparação, nem dividido pro rata, sendo fixada segundo critérios de avaliação adotados pela Companhia e mérito do Beneficiário.

O Beneficiário que decidir participar e aderir ao Programa deverá fazê-lo mediante celebração com a Companhia de um Contrato de Concessão, através do qual o Conselho de Administração estabelecerá condições adicionais e individualizadas da concessão das Unidades de Performance para cada Beneficiário, respeitados os termos deste Programa.

Cada Unidade de Performance outorgada ao Beneficiário terá seu valor atrelado ao preço de uma ação de emissão da Companhia, razão pela qual atribuirá ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro ("Prêmio"), cujo montante será determinado de acordo com o cálculo previsto no Programa, o qual considerará a valorização da ação de emissão da Companhia no tempo, tendo como base, portanto, a variação do Valor Referencial da Unidade de Performance no tempo. O valor referencial de cada Unidade de Performance ("Valor Referencial") será definido de acordo com cada contrato particular entre o Beneficiário e a Companhia. A Unidade de Performance não confere ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Unidades de Performance outorgadas.

O Prêmio por cada Unidade de Performance a ser pago pela Companhia ao Beneficiário, em razão da verificação de um Evento de Liquidez, consistirá na variação positiva entre o Valor Referencial e o valor de Avaliação da Companhia, considerado para os fins do Evento de Liquidez em questão (com a correspondente indicação do valor de avaliação atribuído a cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia). Dessa forma, enquanto não ocorrer um Evento de Liquidez o Beneficiário não terá direito a qualquer Prêmio. Caso a operação matemática decorrente da fórmula prevista acima apresente resultado negativo ou igual a zero, o Beneficiário não fará jus ao pagamento de qualquer Prêmio.

As Unidades de Performance vestidas permanecerão em vigor por um prazo máximo de 20 (vinte) anos da Data de Concessão, sendo que caso não ocorra um Evento de Liquidez dentro de referido prazo, as Unidades de Performance serão consideradas automaticamente extintas, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização, Prêmio ou qualquer benefício de qualquer natureza ("Prazo de Vigência").

Observados os prazos de carência, bem como as demais condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração e incluídas nos respectivos Contratos de Concessão, as Unidades de Performance serão vestidas, independentemente de qualquer pagamento em dinheiro, na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, a partir da data da concessão das Unidades de Performance até a ocorrência de um Evento de Liquidez.

A Companhia concedeu 5 (cinco) contratos de concessão de Unidades de Performance, com Valor Referencial médio de R\$31,80, dos quais, 1 (um) refere-se a um executivo que está ativo e continua como administrador da Companhia, 4 (quatro) referentes a executivos que não estão mais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 412.351 unidades de performance vestidas observados os prazos de carência e 31.010 unidades de performance não vestidas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve efeitos contábeis a serem reconhecidos relativos a esse programa pois não houve variação positiva entre o valor referencial e o valor de avaliação da Companhia.

13. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

13.1. Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cíveis e tributários perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contingências cíveis	277	352	188	263
Contingências trabalhistas	623	308	551	237
Contingências tributárias e administrativas	1.915	1.747	1.915	1.747
	2.815	2.407	2.654	2.247

A seguir é apresentada a movimentação das provisões para contingências:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1 de janeiro de 2019	412	251
Adições	1.995	1.996
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.407	2.247
Adições	495	495
Reversões	(87)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.815	2.654

13.2. Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contingências tributárias e administrativas	492	25	417	25
Contingências trabalhistas	1.685	-	1.018	-
Contingências cíveis	261	180	261	121
	2.438	205	1.696	146

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito do Grupo é de R\$ 63.853.624 (sessenta e três milhões oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte quatro reais) dividido em 10.336.691 ações (sendo 1.132.078 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 9.204.613 ações preferenciais), totalmente integralizados (R\$63.853.623 em 31 de dezembro de 2019).

A composição acionária na base de capital social é:

	31/12/2020	Capital volante (%)	31/12/2019	Capital volante (%)
Grajaú Participações S.A.	2.336.033	22,60%	2.336.033	22,60%
Boa Viagem Participações S.A.	3.584.912	34,68%	3.584.912	34,68%
Everest Brasil Partners I	3.283.668	31,77%	3.283.668	31,76%
José Leonardo Pereira da Costa	566.039	5,48%	566.039	5,48%
Nelson Lins de Araújo Netto	566.039	5,48%	566.039	5,48%
	10.336.691	100%	10.336.691	100%

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, consequência dos prejuízos, não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária, até o limite de 20%. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há saldos registrados, pois, a Companhia possui prejuízos acumulados.

d) Resultado por ação

O Grupo não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas	(60.758)	(23.137)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	10.337	10.337
Resultado básico e diluído por ação – Em reais	(5,878)	(2,238)

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com prestação de serviços	101.027	141.245	96.517	129.350
(-) PIS s/ Receitas	(1.667)	(2.332)	(1.593)	(2.135)
(-) COFINS s/ Receitas	(7.678)	(10.740)	(7.335)	(9.835)
(-) ISS s/ Receitas	(4.823)	(6.919)	(4.598)	(6.323)
Receita líquida de serviços	86.859	121.254	82.991	111.057

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Despesas com pessoal	(38.212)	(41.305)	(37.138)	(39.043)
Despesas com ocupação e utilidades	(14.858)	(7.128)	(13.939)	(5.957)
Depreciações e amortizações	(29.073)	(17.952)	(27.889)	(16.639)
Serviço de apoio operacional	(20.150)	(21.460)	(19.571)	(20.521)
Uso e consumo	(8.007)	(8.849)	(7.668)	(8.193)
Abertura de novas unidades	(1.478)	(3.439)	(1.410)	(3.359)
Provisões	(407)	(1.995)	(408)	(1.995)
Amortização do direito de uso	(17.286)	(14.937)	(15.998)	(13.726)
Rateio de despesas corporativas	-	-	191	1.202
Outras receitas (despesas)	739	(11.070)	377	(10.342)
	(128.732)	(128.135)	(123.453)	(118.573)
Custo dos serviços prestados	(99.978)	(99.405)	(94.860)	(91.041)
Gerais e administrativas	(23.417)	(24.532)	(23.417)	(24.532)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.337)	(4.198)	(5.176)	(3.000)
	(128.732)	(128.135)	(123.453)	(118.573)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	1.976	4.250	1.975	4.226
Rendimento de aplicações financeiras	1.352	4.022	1.352	4.009
Descontos obtidos	624	228	623	217
Despesas financeiras	(20.606)	(21.015)	(19.983)	(19.981)
Juros passivos	(8.873)	(5.317)	(8.827)	(5.092)
Juros arrendamento mercantil (CPC 06 R2)	(11.133)	(13.061)	(10.656)	(12.393)
Outras despesas financeiras	(600)	(2.637)	(500)	(2.496)
Resultado financeiro, líquido	(18.630)	(16.765)	(18.008)	(15.755)

18. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo aos riscos mencionados, os objetivos do Grupo, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

I) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Companhia e suas controladas tem como principal atividade a prestação de serviços relacionados atividades de condicionamento físico.

As operações do Grupo são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por cartão de crédito. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial do Grupo.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários o Grupo possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, o Grupo realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa do Grupo é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco;

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz do Grupo é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, o Grupo busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado						
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	32.636	32.636	9.351	18.978	4.288	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	128.854	162.850	4.148	7.803	45.614	105.286
	161.490	195.486	13.499	26.781	49.902	105.305

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Fornecedores	40.616	40.616	21.200	15.109	4.307	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	137.050	139.735	151	7.675	63.938	67.971
	177.666	180.351	21.351	22.784	68.245	67.971

Controladora						
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	31.538	31.538	9.351	17.880	4.288	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	128.854	162.850	4.148	7.803	45.614	105.286
	160.392	194.388	13.499	25.683	49.902	105.305

Controladora						
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	40.090	40.090	20.674	15.109	4.307	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	137.050	139.735	151	7.675	63.938	67.971
	177.140	179.825	20.825	22.784	68.245	67.971

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em risco de taxa de juros e risco de valor justo.

a) Risco de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros de taxa juros				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	19.411	20.425	19.411	20.418
Aplicações financeiras	-	29.192	-	29.192
Ativos financeiros	19.411	49.617	19.411	49.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(128.854)	(137.050)	(128.854)	(137.050)
Passivos financeiros	(128.854)	(137.050)	(128.854)	(137.050)
	(109.443)	(87.433)	(109.443)	(87.440)

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na nota nº 5.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, o Grupo deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo esteja exposto na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando o cenário provável de aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração do Grupo e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2020, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Consolidado					
Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	19.411	19.955	20.090	20.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(128.854)	(132.462)	(133.364)	(134.266)
Impacto no resultado antes dos impostos			(3.064)	(3.831)	(4.597)

Controladora					
Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	19.411	19.955	20.090	20.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(128.854)	(132.462)	(133.364)	(134.266)
Impacto no resultado antes dos impostos			(3.064)	(3.831)	(4.597)

Indexador	31 de dezembro de 2020		
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	2,80%	3,50%	4,20%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices até 31 de dezembro de 2021 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

b) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	Consolidado				Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	19.411	19.411	20.425	20.425	19.411	19.411	20.425	20.425
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	-	29.192	29.192	-	-	29.192	29.192
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	-	8.964	8.964	8.524	8.524
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	7.991	7.991	13.319	13.319	7.149	7.149	12.474	12.474
Outros ativos	Custo amortizado	4.109	4.109	1.944	1.944	2.884	2.884	2.506	2.506
Fornecedores	Custo amortizado	(32.636)	(32.636)	(40.616)	(40.616)	(31.538)	(31.538)	(40.090)	(40.090)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	(128.854)	(128.854)	(137.050)	(134.675)	(128.854)	(128.854)	(137.050)	(134.675)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(114)	(114)	(40)	(40)	(168)	(168)	(298)	(298)
Outras obrigações	Custo amortizado	(1.916)	(1.916)	(482)	(482)	(651)	(651)	(392)	(392)
		(132.009)	(132.009)	(113.308)	(110.933)	(122.804)	(122.804)	(104.709)	(102.334)

IV) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020, 2019 e podem ser assim sumarizados.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (a)	(128.854)	(137.050)	(128.854)	(137.050)
Caixa e equivalentes de caixa	23.952	63.144	23.535	62.313
Aplicações financeiras	-	29.192	-	29.192
Dívida líquida	(104.902)	(44.714)	(105.319)	(45.545)
Patrimônio líquido (b)	73.586	134.089	74.218	134.976
Índice de endividamento líquido	143%	33%	142%	34%

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado nas Nota 10 respectivamente.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

19. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Companhia	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Self It Academias Holding S.A.	Principais equipamentos	265.295	18/10/2021
	Academia Inteligente LTDA - Iguatemi	contra incêndio, danos elétricos e tumultos.	3.340	07/04/2021
	Academia Inteligente LTDA - Paralela		3.340	17/09/2021
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	Self It Academias Holding S.A.	Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, práticas trabalhistas e tributárias.	62.514	27/07/2021

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve um único segmento operacional, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

As informações reportadas a Administração do Grupo (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração do Grupo avalia investimentos, gastos, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Efeito do IFRS 16 - Adições	2.297	24.638	2.297	24.638

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Em 06 de abril de 2021, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 77.000, do qual R\$ 52.786 foram destinados a reserva de capital e R\$ 24.214 foram subscritos e integralizados ao capital social, mediante a emissão de 2.421.388 (dois milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e trezentas e oitenta e oito ações) Ações Preferencias Classe A, nominativas e sem valor nominal.

A seguir é demonstrado o aumento de ações por acionistas e os impactos nos percentuais de participações:

	Aumento de ações	Alteração do capital votante (%)
Grajaú Participações S.A.	733.560	1,46%
Boa Viagem Participações S.A.	657.149	-1,43%
Everest Brasil Partners I	1.029.839	2,04%
José Leonardo Pereira da Costa	420	-1,04%
Nelson Lins de Araújo Netto	420	-1,04%
Total	2.421.388	

Segue a composição acionária após o aumento de capital:

	30/09/2021	Capital votante (%)
Grajaú Participações S.A.	3.069.594	24,06%
Boa Viagem Participações S.A.	4.242.061	33,25%
Everest Brasil Partners I	4.313.507	33,81%
José Leonardo Pereira da Costa	566.459	4,44%
Nelson Lins de Araújo Netto	566.459	4,44%
	12.758.079	100%

Aquisição de participação societária com obtenção de controle da Weburn Empreendimentos Digitais S.A. ("Weburn")

Em 09 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato de Investimento e Outras Avenças ("Contrato") com os acionistas da Weburn, o qual estabeleceu, dentre outros assuntos, os termos e as condições para, mediante o cumprimento de determinadas condições suspensivas, a subscrição, pela Self It, de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante aumento de capital da Weburn, sendo que, após implementação da operação, a Self It passe a ser titular de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Weburn.

A Weburn é uma plataforma brasileira focada em fitness digital, saúde e bem-estar. A Companhia realizou esta aquisição como parte de sua estratégia de entrada no setor fitness digital.

No dia 28 de julho de 2021, data de fechamento da operação, os acionistas da Weburn aprovaram a emissão de 73.333 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão de R\$7.000, que foram nesta data totalmente subscritas pela nova acionista Self It e que serão integralizadas parte em 2021 e o restante em até 12 meses da data de fechamento conforme definido entre as partes.

Além do aporte de capital previsto no Contrato, a Self It deverá aportar um valor adicional na Weburn, sem que isso cause qualquer diluição aos acionistas, caso a Weburn atinja determinadas metas estabelecidas para o exercício de 2022 nos termos estabelecidos no Contrato. Caso as metas sejam atingidas em seu patamar máximo, a Self It deverá realizar um aporte complementar no valor de R\$8.000, dentro do prazo 30 (trinta) dias a contar da data em que for confirmado o atingimento das metas do plano de negócios, ou até 31 de março de 2023, o que ocorrer por último, observado que o valor do aporte complementar não será objeto de qualquer reajuste ou correção.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3 — Business Combinations). A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	115	-	115
Contas a receber de clientes	650	-	650
Partes relacionadas	14.297	-	14.297
Outros ativos	29	-	29
Intangível (i)	581	4.012	4.593
Imobilizado	20	-	20
Passivos			-
Empréstimos e financiamentos	(114)	-	(114)
Fornecedores	(223)	-	(223)
Outros passivos	(53)	-	(53)
Impostos diferidos	-	(1.364)	(1.364)
Total dos ativos líquidos adquiridos	15.302	2.648	17.950
Participação adquirida na Weburn			55%
Participação Self It nos ativos líquidos adquiridos			9.873
(+) Contraprestação transferida (ii)			14.297
(+) Participação de não controladores (iii)			8.078
(-) Valor justo total dos ativos adquiridos líquidos			(17.950)
(=) Ágio			4.425

- (i) Contrato/relacionamento com professores da Weburn foram identificados como um ativo intangível na data de aquisição e mensurado pelo seu valor justo com base no método with/without, com vida útil estimada de 3 (três) anos para esse intangível.
- (ii) Aportes de capital mensurados a valor presente na data de aquisição, que inclui o aporte complementar de capital considerado nesta data uma contraprestação contingente mensurada pelo seu valor justo.
- (iii) A participação dos acionistas não controladores (45% de participação societária na Weburn) reconhecida na data de aquisição foi mensurada pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

O ágio no valor de R\$4.425 resultante da aquisição é atribuído às sinergias esperadas na integração do fitness digital ao modelo de negócio da Companhia.

Os custos relacionados à aquisição (incluídos nas despesas administrativas) totalizaram R\$160.